

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 23 de março de 2022 às 07h56
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Empresa ligada ao YouTube-DL, para baixar vídeos, é processada por gravadoras 4

Pirataria

Site de pirataria passa a promover Netflix e Prime Video para seguir no ar 6

O Globo | BR

23 de março de 2022 | Pirataria

Streaming cresce no mundo em 2021 e, no Brasil, somem formatos físicos 7
SEGUNDO CADERNO

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Veja quem pode suceder Mario Frias no comando da Cultura 8
ILUSTRADA

G1 - Globo | BR

Marco regulatório | INPI

Valor de acordos entre Unicamp e empresas para pesquisa sobe 65%, mas fica abaixo do pré-Covid; nº de patentes registradas bate recorde 10

InfoMoney - Online | BR

Marco regulatório | INPI

IGB (IGBR3) comunica que STF vai decidir disputa entre Apple e Gradiente sobre uso da marca "Iphone" no Brasil 14
EQUIPE INFOMONEY

Jota Info | DF

23 de março de 2022 | Marco regulatório | INPI

A importância de uma agenda consensual sobre Propriedade Industrial 15
JULIANNA GRANJEIA

MSN Notícias | BR

Pirataria

16 empresas são identificadas em esquema de falsificação de sabão em pó 18
NOTÍCIAS

TecMundo.com | BR

Senadores dos EUA propõem atualização em lei antipirataria 19

Empresa ligada ao YouTube-DL, para baixar vídeos, é processada por gravadoras

Sony, Warner e Universal processam provedor do site YouTube-DL; empresa de **internet** alega que ferramenta tem usos legítimos

A guerra das gravadoras contra ferramentas para baixar vídeos do YouTube continua, e as armas estão apontadas para todo mundo que estiver do lado delas. Na Alemanha, o provedor de hospedagem do site do **YouTube-DL** foi acionado na justiça por **Sony Entertainment**, **Warner Music Group** e **Universal Music**. Em resposta, a empresa de **internet** pede que o caso seja recusado pela corte.

Foto: Alexander Shatov / Unsplash / Tecnoblog

O provedor em questão se chama Uberspace. Ele foi processado pelas três gravadoras no começo deste ano. As empresas alegam que o YouTube-DL dribla medidas técnicas de proteção, ajudando a infringir **direitos** autorais.

O YouTube-DL é um programa bem simples e de código aberto que salva vídeos do YouTube para reprodução offline. Ele funciona até mesmo por linha de comando, sem interface gráfica. Seu código serve de base para outras ferramentas do tipo disponibilizadas como webapps.

Em resposta enviada à Corte Distrital de Hamburgo, o Uberspace argumenta que a indústria da música está pressionando um provedor neutro da infraestrutura da **internet** sob o pretexto de defender **direitos** autorais.

Provedor defende usos legítimos do YouTube-DL

O Uberspace teve auxílio da Sociedade para Direitos Civis (GFF, na sigla em alemão) para redigir sua defesa. A entidade disponibilizou em seu site uma versão do documento em inglês.

Juntas, elas defendem que o YouTube-DL não é usado apenas para copiar músicas, séries e filmes sem pagar. A ferramenta também serve para auxiliar a liberdade de imprensa e a liberdade de informação.

Esse entendimento é compartilhado por entidades como a Anistia Internacional, que recomenda o uso do YouTube-DL para documentar violações de direitos humanos na **internet**, uma vez que plataformas como YouTube, Facebook ou Twitter removem conteúdos desse tipo.

A defesa também lembra que jornalistas, cientistas, agências de fiscalização e organizações de direitos humanos recorrem ao YouTube-DL para documentação e preservação de evidências.

Até mesmo o YouTube tem benefícios. Baixar um vídeo pode ser importante para fazer um "react", por exemplo, que é postado novamente na plataforma e monetizado com anúncios.

Além disso, o site permite postar conteúdos com uma licença Creative Commons, mas mesmo em casos assim não é possível o download. Cabe ao YouTube-DL esse trabalho.

Outro ponto é que o YouTube não criptografa esses conteúdos. Ao baixá-los, o usuário apenas usa dados já disponibilizados pelo Youtube sem nenhuma proteção.

Por fim, é interessante notar que o YouTube-DL não está no Uberspace. O provedor hospeda apenas o site da ferramenta, usado para comunicados e avisos. O código do programa está mesmo no GitHub -- que, aliás, já entrou na briga anteriormente.

YouTube-DL já foi protegido pelo GitHub

Em 2020, a Associação Americana da Indústria Fo-

Continuação: Empresa ligada ao YouTube-DL, para baixar vídeos, é processada por gravadoras

nográfica (RIAA, na sigla em inglês) pediu ao GitHub para remover o YouTube-DL de seu site por driblar proteções de **direitos** autorais.

Inicialmente, a plataforma aceitou o pedido. No entanto, a repercussão negativa do episódio e a ação de grupos de direitos digitais, como a Electronic Frontier Foundation (EFF), levaram o repositório a recuar.

O GitHub foi além e instituiu um fundo de US\$ 1 milhão para defesa contra pedidos de derrubada.

O repositório, aliás, pode estar na mira neste mesmo processo, ainda que indiretamente.

Tanto o Uberspace quanto a EFF creem que as três gravadoras estão praticando "forum shopping", nome dado à prática de procurar o fórum em que a chance de vencer é maior.

No caso, já houve uma decisão da Corte Distrital de Hamburgo favorável em 2017 -- ela inclusive é citada no processo atual. Caso as empresas da indústria fonográfica ganhem a causa novamente, ela pode ser usada como base em um possível processo contra o GitHub.

Com informações: TorrentFreak.

Publicidade

Site de pirataria passa a promover Netflix e Prime Video para seguir no ar

Site de streaming pirata PrimeWire está fazendo mudanças para driblar liminar da Justiça e evitar o encerramento de todos os domínios para sempre

Um **site** de **pirataria** de filmes está fazendo de tudo para não ser desligado pela Justiça dos EUA. Na tentativa de escapar do processo judicial movido por **Netflix**, **Disney** e outros estúdios de cinema de Hollywood, o portal **PrimeWire** passou a filtrar os conteúdos publicados e promover serviços legalizados em sua própria plataforma, oferecendo links oficiais de serviços de streaming.

Foto: Paulo Higa/Tecnoblog / Tecnoblog

Em atividade há mais de oito anos, o **PrimeWire** não oferece os downloads ilegais diretamente. Em vez disso, o site funciona como um banco de dados, cujos links levam a portais que distribuem filmes piratas. É como se fosse um grande fórum onde é feita a divulgação dos arquivos.

PrimeWire está driblando liminar da Justiça

Em janeiro de 2022, nos EUA, a **Motion Picture Association (MPA)** -- representante da Disney, Paramount, Universal, Warner, Columbia e Netflix -- moveu um processo judicial, exigindo o desligamento de todos os domínios do site de **pirataria**. Além disso, a associação demandou que o portal fosse impedido retomar as atividades em outros endereços.

A Justiça dos EUA aceitou o pedido da MPA e concedeu uma liminar decretando o fim das atividades do **PrimeWire**, por **violação** de **direitos** autorais e competição desleal. Entretanto, o site de **pirataria** desobedeceu à ordem judicial ao transferir seus dados para outros domínios.

Não satisfeito, o site ainda driblou a liminar da Justiça com algumas mudanças temporárias em suas atividades. Para não ser desligado por completo, o portal **removeu** todos os links para filmes e programas de TV pirateados.

Site começa a divulgar links oficiais e legalizados

Agora, em mais uma tentativa de escapar do processo judicial, o **PrimeWire** começou a não só **filtrar** uploads, como também **promover** plataformas legalizadas, como a Netflix e o Prime Video. O site ainda confirmou que vai continuar oferecendo serviços que permitem registrar episódios de séries e filmes assistidos, assim como avaliar as produções com notas.

Ao buscar por **The Walking Dead**, por exemplo, o site mostra a sinopse da série e **oferece** os links diretos para Netflix, AppleTV, Prime Video, Google Play e outras plataformas oficiais de streaming e venda de filmes.

Destino do PrimeWire é incerto

Apesar das mudanças, o destino do PrimeWire ainda é incerto. Não dá para saber se a Justiça dos EUA vai aceitar as ações e derrubar a liminar. Afinal, o site está em atividade há mais de oito anos. Há ainda outro problema: os representantes do portal não compareceram às audiências para se defenderem.

Do jeito que a história está se desenrolando, é provável que as grandes produtoras de Hollywood fiquem com a vitória de qualquer forma.

Com informações: Torrent Freak.

Publicidade

Streaming cresce no mundo em 2021 e, no Brasil, somem formatos físicos

SEGUNDO CADERNO

No mundo, reina o streaming. Segundo dados divulgados ontem pela IFPI, organização que representa a indústria internacional da música gravada, o mercado global cresceu 18,5% em 2021, impulsionado pelo crescimento das plataformas de assinatura paga, cujas receitas aumentaram 21,9% em relação a 2020. País que hoje ocupa o 12º lugar no

ENQUANTO NO PAÍS A RECEITA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS AUMENTOU 34,6%, CDs, DVDSE LPS NÃO ATINGEM JUNTOS SEQUER 1% DO FATURAMENTO DA INDÚSTRIA FONOGRAFICA

ranking da IFPI, o Brasil teve em 2021 um crescimento de mercado de 32%, tendo as receitas do streaming aumentado 34,6% se comparadas ao ano anterior. Já a realidade das mídias físicas (CDs, DVDs e os LPs de vinil) é outra: elas fecharam o ano respondendo por apenas 0,6% do faturamento da indústria fonográfica brasileira, meros R\$ 12,2 milhões.

- A gente coloca isso no relatório porque é informação, sempre perguntam, mas no fundo os valores são mínimos, e as variações (CDs, DVDs e LPs venderam um pouco mais do que em 2020) não querem dizer muita coisa em termos de tendência de mercado - admite Paulo Rosa, presidente da Pro-Música Brasil, entidade que responde pela indústria fono-

gráfica do país. - Os formatos físicos vêm sofrendo

desde o início dos anos 2000, por causa da **pirataria** de rua e, paralelamente, pela mudança de hábitos de consumo de música pela internet, com os mp3 e (o compartilhamento de arquivos) peer-to-peer.

Segundo Paulo, a pandemia pode explicar um pouco - mas não muito - do crescimento no consumo de música por streaming no Brasil ao longo do ano passado.

- Essa tendência de crescimento em proporções significativas já vem dos últimos sete, oito anos. O fato de as pessoas terem passado 2021 em casa talvez tenha ajudado na aceleração, mas desde 2019 que o cresci-

mento já vinha nesse ritmo. E é uma tendência que ainda nos vai levar bem longe, basta ver que o número de assinantes de streamings musicais ainda é bem menor que os de plataformas de audiovisual - observa.

Segundo o presidente da Pro-Música Brasil, o impacto do streaming na indústria fonográfica não foi assimilado pelos antigos consumidores dos formatos físicos:

- Quando você começa a ver pela ótica do streaming, você entende porque os valores de remuneração são mais baixos hoje, embora haja os que estejam ganhando bem, já que o streaming só é uma das muitas possibilidades que eles têm de fazer dinheiro no mundo digital.

Veja quem pode suceder Mario Frias no comando da Cultura

ILUSTRADA

São Paulo

A escolha do sucessor de Mario Frias para encabeçar a Secretaria Especial da Cultura se divide em dois cenários, segundo informantes ouvidos pela reportagem nesta segunda um mais conservador, com uma nomeação que viria de fora da pasta da Cultura, e um mais radical, com um escolhido de dentro, provavelmente pelo próprio secretário.

Frias deve deixar o cargo até o dia 2 de abril para se lançar pré-candidato a deputado federal por São Paulo pelo PL, o partido do presidente Jair Bolsonaro.

Numa perspectiva mais conservadora, Larissa Peixoto, atual presidente do Iphan, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ocuparia o cargo, o que é um desejo da ala governista moderada.

A aposta aqui seria que a personalidade palatável e sorridente de Peixoto, que evita conflitos públicos e não faz comentários negativos sobre artistas ou a Lei Rouanet em suas redes sociais, acalmaria os ânimos depois dos anos turbulentos de Frias. Ela também daria sequência ao projeto de lotar aliados do governo em cargos-chave da Cultura, algo que fez no Iphan.

O cenário mais moderado inclui ainda o nome do monarquista Rafael Nogueira, ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional e atual secretário nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural, de-

fendido pela deputada federal Bia Kicis, próxima de Eduardo Bolsonaro, uma grande influência na pasta da Cultura. De perfil mais intelectual, Nogueira entrou há poucas semanas na Cultura e também evita se envolver em polêmicas.

Por outro lado, um escolhido de perfil mais radical faz sentido às vésperas das eleições, considerando que o governo usa a Cultura com frequência para criar polêmicas e animar sua base, como no episódio recente do filme "Como se Tornar o Pior Aluno da Escola", com Danilo Gentili e Fábio Porchat, acusado por Frias de incitar a pedofilia.

Um nome possível nesse cenário é o do advogado e oficial militar Felipe Carmona, que está há um ano na pasta como secretário nacional de **Direitos** Autorais. Ele foi nomeado há pouco como "substituto eventual" de Frias numa portaria no Diário Oficial da União, e é muito próximo do atual secretário, com quem visita clubes de tiro e posa em carrosséis de fotos em seu Instagram.

Outros nomes de dentro da pasta cotados para o cargo são o do adjunto de Frias, Hélio Ferraz de Oliveira, menos popular fora do governo mas algo conhecido por ter ido junto com a Polícia Federal pedir as chaves da Cinemateca Brasileira, no momento em que o governo tomou posse da instituição, e a gestora cultural Flávia Faria Lima, diretora do departamento de fomento indireto.

Continuação: Veja quem pode suceder Mario Frias no comando da Cultura

Lima pode também vir a ocupar o cargo de André Porciuncula, o atual chefe da Lei Rouanet, que vai se desligar da Cultura para disputar as eleições como candidato a deputado federal pela Bahia.

Antes de sair do cargo, Frias parece decidido a fortalecer sua imagem ele vem fazendo uma série de posts nos quais posa em fotos com Jair Bolsonaro, a quem chama de "maior exemplo" e "líder grande".

Isso é uma tentativa de resgatar sua reputação, desgastada publicamente com o escândalo causado por sua viagem de R\$ 39 mil para Nova York para encontrar o lutador de jiu-jítsu Renzo Gracie, com o qual supostamente está desenvolvendo um projeto audiovisual do qual pouco se sabe.

Valor de acordos entre Unicamp e empresas para pesquisa sobe 65%, mas fica abaixo do pré-Covid; nº de patentes registradas bate recorde

1 de 1Tecnologia promove recuperação melhorada do petróleo - Foto: Pedro AmatuZZi/Inova unicamp

Tecnologia promove recuperação melhorada do petróleo - Foto: Pedro AmatuZZi/Inova unicamp

Os convênios entre a Unicamp e empresas para pesquisa e desenvolvimento (P&D) firmados em 2021 representaram investimento de R\$ 72,5 milhões, alta de 65% sobre os R\$ 48,3 milhões do ano anterior, segundo relatório divulgado pela Agência de Inovação Inova Unicamp, nesta terça-feira (22). Além disso, os ganhos econômicos associados aos licenciamentos - **transferência** de tecnologias - chegaram a R\$ 1,94 bilhão e houve recorde em número de **patentes** recebidas.

A universidade assinou nesta tarde um acordo de cooperação técnica com o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) por cinco anos. **Veja** abaixo detalhes sobre os indicadores.

Perfil dos convênios

Embora o total de 86 convênios represente crescimento 72% sobre os 50 registrados durante 2020 e seja o mais alto na série histórica, o quesito financeiro ficou distante dos patamares alcançados na pré-pandemia. Em 2018 e 2019, destaca o levantamento, as somas dos acordos entre a Unicamp e

o setor empresarial para estudos foram, respectivamente, de R\$ 134,1 milhões e de R\$ 133,4 milhões.

"Evidências de uma retomada mais forte no investimento para a pesquisa em parceria [...] Tecnologia da informação é o setor com maior número de convênios [20], seguido de petróleo e gás [12]", diz nota da assessoria. A Inova destacou ainda que 75% dos investimentos destinados para as pesquisas, a partir dos convênios celebrados, têm recursos provenientes de incentivos e benefícios fiscais ou de cláusulas obrigatórias, sobretudo nos setores elétrico e de óleo e gás brasileiros.

Neste caso, os valores envolvidos nas parcerias são aportes das companhias em pesquisas aplicados para uma série de medidas como pagamentos de bolsas de inovação, bolsas de mestrado, doutorado ou inovação científica, além de investimentos em equipamentos e infraestrutura.

Pesquisa com setor empresarial

Ano

Valor

2017

R\$ 64,1 milhões

Continuação: Valor de acordos entre Unicamp e empresas para pesquisa sobe 65%, mas fica abaixo do pré-Covid; nº de patentes registradas bate recorde

2018	Ano
R\$ 134,1 milhões	Depositadas no Brasil
2019	Depositadas no exterior
R\$ 133,4 milhões	Concedidas no Brasil
2020	Concedidas no exterior
R\$ 43,8 milhões	2017
2021	81
R\$ 72,5 milhões	01
Fonte: Inova Unicamp deslize para ver o conteúdo	62
	01
	2018
	72
Recorde de patentes	10
	71
A Unicamp divulgou nesta tarde que registrou recorde de patentes concedidas pelo INPI : foram 129 no ano passado, aumento de 27,7% sobre a quantidade do intervalo anterior. Já pelo exterior são sete.	02
	2019
	67
	05
Além disso, a universidade somou 47 depósitos de patentes no Brasil, além de 11 no exterior.	63
	01
Propriedade intelectual	2020
	64

Continuação: Valor de acordos entre Unicamp e empresas para pesquisa sobe 65%, mas fica abaixo do pré-Covid; nº de patentes registradas bate recorde

02	Contratos de PI em 2021
101	Ganhos econômicos
05	2017
2021	22
47	R\$ 1,34 bilhão
11	2018
129	22
07	R\$ 1,76 bilhão
Fonte: Inova Unicamp deslize para ver o conteúdo	2019
Licenciamentos	23
	R\$ 1,60 bilhão
Os ganhos econômicos com licenciamentos subiram chegaram a R\$ 1,94 bilhão em 2021 após um acréscimo de R\$ 32,7 milhões sobre o saldo do ano anterior, diz a Inova. Os valores são divididos em três partes: uma para faculdade ou instituto envolvido, a segunda para a Inova realizar a manutenção do parque científico e tecnológico da universidade, enquanto a terceira é destinada para os inventores.	2020
	48
	R\$ 1,91 bilhão
	2021
	30
	R\$ 1,94 bilhão
Ao todo, 30 contratos de propriedade intelectual foram assinados, 18 a menos do que em 2020.	Fonte: Inova Unicamp deslize para ver o conteúdo

Transferência de tecnologias

Ano

Ao destacar o acordo de cooperação técnica assinado com o **INPI** nesta tarde, a Inova Unicamp frisou que entre os objetivos estão:

Continuação: Valor de acordos entre Unicamp e empresas para pesquisa sobe 65%, mas fica abaixo do pré-Covid; nº de patentes registradas bate recorde

VÍDEOS: tudo sobre Campinas e região

200 vídeos

IGB (IGBR3) comunica que STF vai decidir disputa entre Apple e Gradiente sobre uso da marca "Iphone" no Brasil

IGB ressalta que questão primordial do caso não é a busca de qualquer compensação pecuniária ou remuneração, mas sim salvaguardar seus direitos de registro

A IGB Eletrônica (IGBR3), em recuperação judicial, informou que em 17 de março de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, deu provimento ao Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.266.095, reconhecendo a repercussão geral e a constitucionalidade da discussão acerca da propriedade da marca "Iphone" no país.

Em virtude dessa decisão, o recurso extraordinário anteriormente interposto pela companhia será julgado pelo STF, em data ainda não estabelecida pela corte.

A dona da Gradiente lembra que não houve qualquer decisão quanto ao mérito do processo e não há qualquer garantia de ganho futuro para a companhia, razão pela qual a empresa não faz qualquer tipo de lançamento contábil ou projeção em suas demonstrações financeiras.

A IGB ressalta que a questão primordial do caso não é a busca de qualquer compensação pecuniária ou remuneração, mas sim salvaguardar seus direitos de registro sobre a marca. Cabe ressaltar que, no último dia 17, da decisão do STF, a ação IGBR3 subiu 12,54%, avançando mais 5,16% na sessão seguinte.

As empresas de tecnologia estão nessa disputa judicial, sobre quem tem o direito de usar a marca iPhone no Brasil, há anos. Hoje em recuperação judicial, a Gradiente pediu o registro no **INPI** do nome Iphone (com "i" maiúsculo) em 2000 e o obteve em 2008. No ano anterior, o iPhone (com "i" minúsculo) havia sido lançado nos Estados Unidos pela Apple.

Em 2012, a Gradiente lançou um smartphone com o nome, G Gradiente iPhone, e a empresa fundada por Steve Jobs a acionou na Justiça. O lançamento aconteceu pouco tempo antes da data em que o registro da marca expiraria se ela não fosse usada.

A ação foi para o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª região, que determinou que a Gradiente se abstivesse de utilizar a expressão iphone isoladamente, apontando que na época afirmou que a marca já era sinônimo com a Apple. A empresa brasileira entrou em seguida com ação no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que em 2018 também definiu que a empresa brasileira não tinha exclusividade sobre a marca no país, levando a uma forte queda das ações.

Após a sentença desfavorável no STJ, a Gradiente foi ao Supremo Tribunal Federal (STF), que tentou guiar às duas empresas a um acordo extrajudicial, que não aconteceu por falta de acerto entre as partes. Isso levou a análise do caráter da ação e, na última quinta, a confirmação do julgamento pelo órgão.

Por Equipe InfoMoney

A importância de uma agenda consensual sobre Propriedade Industrial

Tempo de espera por decisão do **INPI** para pedidos de patente agro caiu de 12 anos em 2018 para 6 anos em 2021, mas ainda é preciso avançar

Crédito: Unsplash

Em um país como o Brasil, que consegue ter algumas culturas de plantio com ciclo mais longo, a inovação e o desenvolvimento de novos produtos são centrais para o setor agroquímico. Esse foi um dos temas abordados no segundo painel do webinar O Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Concessão de Patentes, realizado na segunda-feira (14/3) pelo escritório Licks Attorneys e transmitido pelo JOTA por meio do YouTube.

O primeiro convidado do painel, Maximiliano Arienzo, chefe da Divisão de **Propriedade** Intelectual Ministério das Relações Exteriores, expôs as mudanças no departamento e o novo planejamento da área. Nossa divisão saiu do departamento econômico e foi para o de ciência e tecnologia. É mais um passo necessário para casar **propriedade** intelectual com ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos quatro anos, nossa divisão e o Itamaraty passaram por muitas transformações e lançamos as bases de transformação do ecossistema de **propriedade** intelectual.

Arienzo afirmou que essas bases foram construídas em parcerias com entidades como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) e a Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI). Lançamos o Plano de Estratégia Nacional de **Propriedade** Intelectual alinhado às melhores práticas do campo de propriedade industrial. Precisamos incorporar tecnologias normativas ao nosso ambiente de decisão, e esse é o papel do Ministério de Relações Exteriores, identificando o campo regulatório internacional e colocar à disposição do Brasil.

O diplomata admitiu, no entanto, a falta de eficiência da área no país. Qualquer investimento em ciência e tecnologia hoje vai ser minimizado pela falta de uma eficiência em propriedade intelectual, especialmente propriedade industrial. Esse desafio está bem claro. O que precisamos discutir é o que vamos fazer agora. O Ministério das Relações Exteriores já identificou como superar os gargalos, temos um mapa do caminho, disse Arienzo.

Vencida essa etapa de planejamento estratégico, é preciso articular um consenso político sobre como implementá-lo de modo eficiente, afirmou o diplomata. O grande desafio agora é gerar um consenso político em torno de uma agenda transformadora da propriedade intelectual no Brasil. Isso envolve desafios jurídicos, regulatórios e comerciais. Temos capacidade para isso, o que não temos é a capacidade de gerar consenso. Só teremos progresso com consenso. Enquanto estivermos polarizados por visões diferentes tudo vai acontecer devagar.

O segundo convidado do painel, José Graça Aranha, representante da Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, também comentou os problemas administrativos do **INPI**. O orçamento do instituto para 2022 foi cortado de R\$ 70 milhões para R\$ 34 milhões.

Há uma certa dose de ideologia nesse tema, um mau ambiente de negócios, além do custo Brasil. É um problema de muitos governos, não é só de agora. Esse contingenciamento do orçamento já vivemos 20 anos atrás também. O **INPI** é uma instituição que gera seus próprios recursos, que recebe taxas do setor privado e boa parte delas não são revertidas para o próprio setor, para que o **INPI** possa se modernizar, afirmou Graça Aranha, que já foi presidente da au-

Continuação: A importância de uma agenda consensual sobre Propriedade Industrial

tarquia.

Com vasta experiência no sistema internacional de patentes, Graça Aranha também apontou a insegurança jurídica como um grave problema a ser enfrentado. Durante o julgamento da ADI 5.529 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), alguns ministros disseram que o dispositivo da lei criava uma extensão do prazo da patente e que isso era um caso único, que não existia em outros lugares. Mas existe sim. Países como Estados Unidos, México e China, que decidem rapidamente a concessão de patentes, têm mecanismos em caso de demora, explicou.

Em maio de 2021, o STF, por maioria, declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40 da Lei nº 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial LPI), que estabelecia que o prazo de vigência da patente de invenção não poderia ser inferior a 10 anos contados a partir da data de sua concessão, o que assegurava um tempo mínimo previsto de exploração para os empresários.

Graça Aranha citou como exemplo a China, que recebe 3,6 milhões de pedidos de patentes por ano e que, com 11 mil examinadores, leva 22 meses para decidir pela concessão ou não de uma patente. Mesmo assim, existe um dispositivo na lei chinesa para que, no caso de um aumento significativo no número de depósitos, o sistema possa fornecer um prazo adicional. O que aconteceu com essa ADI afeta nossa imagem e desestimula o investimento no Brasil porque não há uma previsibilidade, há uma insegurança jurídica.

Uma particularidade do sistema brasileiro que poderia ser visto como vantagem é que, segundo o representante da OMPI, 85% dos pedidos de patentes feitos no Brasil vêm do exterior. A grande maioria vem pelo Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) e já foi examinada por uma das 20 autoridades de busca e de exames internacionais. O Brasil é uma delas inclusive. Não temos razão para levar tanto tempo para examinar esses pedidos, porque eles já chegam aqui examinados, é muito mais fácil, explicou Graça Ara-

nha, ressaltando que o Brasil é o único país que leva até 17 anos para analisar uma patente. O Canadá tem 379 examinadores e leva 15 meses para conceder ou não uma patente e a Austrália tem 396 examinadores e leva 19 meses. O Brasil tem um número de examinadores similar, 340, mas leva muito mais tempo do que isso.

Christian Lohbauer, presidente da CropLife Brasil associação que reúne especialistas, instituições e empresas que atuam na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de defesa vegetal, afirmou que a indústria bioquímica é o setor mais interessado na modernização do sistema de concessão de patentes. Temos agora uma das maiores janelas de oportunidade para o setor de biotecnologia que esse país já teve, mas não podemos deixar passar por esses problemas administrativos e jurídicos.

Lohbauer explicou que o setor de biotecnologia (conjunto de procedimentos envolvendo manipulação de organismos vivos para fabricar ou modificar produtos) pode se tornar referência mundial. Não podemos patentear microrganismos, então precisamos desenvolver um modelo próprio, requisitos de patenteabilidade que se adaptem às nossas condições, porque a maior biodiversidade está aqui. Hoje temos 26 empresas de biodefensivos, se dermos boas condições a elas, o Brasil avança.

O presidente da CropLife sugeriu a elaboração de um projeto de lei para compensar os efeitos do julgamento da ADI pelo Supremo. Temos que trabalhar conjuntamente em um projeto de lei para conseguir o resgate dos direitos de compensação de atraso que muitos países têm. E precisamos resolver o problema político, que é no Congresso, com as bancadas. Tem que ser um projeto do Estado brasileiro, independente de governo, porque é de interesse nacional. O Brasil perde ciclos tecnológicos de novos produtos porque a **Anvisa** demora oito anos para aprovar uma molécula, isso não pode mais acontecer.

Continuação: A importância de uma agenda consensual sobre Propriedade Industrial

O painel também discutiu a repercussão da votação do PL 6299/2002. Um dos dispositivos da lei é justamente criar um mecanismo de compensação no processo de concessão de registro para o produto, já que o ciclo de desenvolvimento de uma molécula nova é de cerca de dez anos e a espera pela resposta do depósito chega a oito anos.

Se o PL 6299 não andar para frente, a indústria agroquímica provavelmente será, a médio e longo prazo, a mais afetada. Se a aprovação demora oito anos e o ciclo da molécula é de dez, restam apenas dois anos para licenciar e receber algum valor daquele investimento nessa inovação. Se não houver alguma compensação, não teremos investimento, explicou

Eduardo Hallak, sócio fundador do Licks Attorneys.

Ele também destacou que é preciso avançar na legislação para aumentar a segurança jurídica do processo. Há uma barreira que não aparece nos números, e muitas vezes não está nem na lei, mas que é terrível para a biotecnologia, que é a patenteabilidade. A aplicação, a interpretação da lei pelo **INPI** por vezes é tão restritiva que impossibilita que essas patentes sejam de fato concedidas.

Julianna Granjeia

16 empresas são identificadas em esquema de falsificação de sabão em pó

NOTÍCIAS

Dezesseis empresas envolvidas no esquema de **falsificação** de sabão em pó foram identificadas pela Polícia Civil de Minas Gerais. Elas atuavam na distribuição e venda do produto, com foco de atuação na região Centro-Oeste do estado. Nesta fase, foram apreendidas mais 85 toneladas do produto, conforme detalhado pelo delegado Wesley Costa, nessa segunda-feira (21/3). Entre os estabelecimentos identificados estão supermercados, atacarejos e centros de distribuição, sendo algumas delas apontadas como empresas fantasmas. no Centro-Oeste, em meados do mês passado durante a operação que resultou na . Ela tem atuação em cinco municípios da região. Os nomes das empresas envolvidas não foram revelados pela Polícia Civil. Para a identificação, o órgão contou com a colaboração dos setores de qualidade e jurídico do fabricante do produto verdadeiro. O esquema envolvia município mineiros e também do Espírito Santo. Os trabalhos de investigação ocorreram em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Juatuba, Mateus Leme, Itaúna, Divinópolis, Nova Serrana, Oliveira, além dos municípios capixabas de Vitória, Vila Velha e Cariacica. Anotações levaram à identificação A polícia chegou até os envolvidos após serem encontradas anotações em um galpão onde era realizada a **falsificação**. A apreensão ocorreu durante a operação desencadeada em fevereiro. Foram apreendidos materiais em Divinópolis e São Gonçalo do Pará, ambas no Centro-Oeste mineiro.

Dessa forma, segundo o delegado responsável pelo caso, Wesley Costa, foi possível verificar os fornecedores e identificar a cadeia de distribuição e venda final do produto. Pela alta produção, a polícia já suspeitava que o produto era distribuído em outros estados. Por dia, estima-se que eram envasadas cerca de 37,5 mil caixas, considerando embalagens de 800 gramas. O produto vinha da Bahia. Era recebido em Divinópolis e envasado em galpões na cidade vizinha de São Gonçalo do Pará.

As investigações também apontam que a quadrilha lucrava cerca de R\$ 3 milhões por mês com a comercialização. 25 toneladas de sabão falsificado no Espírito Santo A polícia apurou que parte do material havia sido encaminhado ao estado capixaba. Com apoio da Polícia Civil do Espírito Santo, foram apreendidas cerca de 25 toneladas do material em duas redes de supermercado de Minas Gerais que atuam lá.

Foram 23 mil embalagens da marca OMO apreendidas há cerca de uma semana. As investigações seguem com o objetivo de encontrar os responsáveis por todas as empresas envolvidas no esquema. A polícia também quer identificar os núcleos responsáveis pelas criações de empresas fantasmas, notas fiscais frias e lavagens de capitais dentro das organizações criminosas. *Amanda Quintiliano - Especial para o EM

Senadores dos EUA propõem atualização em lei antipirataria

Uma nova **lei antipirataria** nos Estados Unidos pode aumentar o controle no país contra serviços que são acusados de infração de **direitos** autorais.

A **SMART** Copyright Act of 2022 foi recentemente apresentada em plenário pelos senadores Thom Tillis e Patrick Leahy, com o objetivo de atualizar alguns dos pontos da Digital Millennium Copyright Act (DMCA), principal legislação acionada em casos de pirataria no país.

Segundo o site **TorrentFreak**, essa medida pode significar o fim de diversos serviços que fornecem conteúdo audiovisual ilegalmente e estão situados nos EUA, já que estabelece padrões técnicos de proteção de conteúdo aos serviços de hospedagem para impedir cópias e distribuições piratas por terceiros.

Altos e baixos

Entre as novidades da SMART Copyright Act está a possibilidade de padronização de ferramentas adotadas pela indústria para monitorar a produção e distribuição de materiais ilegais. Plataformas que se recusarem a cooperar podem ser multadas.

Brasil é um dos países que mais consome pirataria no mundo **Quem** vende Box TV ou conexão de IPTV pode ser preso? E quem compra?

Por outro lado, alguns grupos norte-americanos estão preocupados com a possibilidade de a lei ser aplicada também em casos de censura ou filtragem de conteúdo, além de aumentar consideravelmente a vigilância dos usuários por parte do governo. O projeto de lei ainda não tem data para ser debatido e votado nos Estados Unidos.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

4, 6, 8, 19

Pirataria

6, 7, 18

Inovação

10

Marco regulatório | INPI

10, 14, 15

Patentes

10

Propriedade Intelectual

15